

repletem-se as reintegrações em massa. E elas se processam sem a audiência ou, sequer, a intimação dos réus, que, à revelia, são despojados de suas moradias.

Comete-se, por esse preceito legal, aos órgãos governamentais de colonização e habitação, o conhecimento prévio das desapropriações e reintegrações, a fim de que possam aferir da natureza social do problema, decidindo, em cada caso, sobre conveniência da compra ou desapropriação do imóvel para fins de urbanização ou loteamento. Exige-se, ademais, a prévia citação dos réus, quando diversos, para concessão da liminar.

A intervenção da promotória pública não constituiria novidade no caso, pois nas hipóteses de usucapião, onde o interesse social nem sempre é tão elevado, essa interferência é obrigatória como se vê no art. 944 do Código de Processo Civil.

Chamados à lide o BNH e o INCRA, conforme o caso, poderão planejar e executar medidas de assistência aos réus, propiciando-lhes condições de habitação e amparo, especificamente dentro dos princípios que norteiam a finalidade daqueles órgãos.

Sala das Sessões, em 22 de abril de 1976. — **Leite Chaves.**

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 5.869, DE 11 DE JANEIRO DE 1973
(Código de Processo Civil)

Art. 928 — Estando a petição inicial devidamente instruída, o juiz deferirá, sem ouvir o réu, a expedição do mandado liminar de manutenção ou de reintegração; no caso contrário, determinará que o autor justifique previamente o alegado, citando-se o réu para comparecer à audiência que for designada.

Parágrafo único — Contra as pessoas jurídicas de direito público não será deferida a manutenção ou a reintegração liminar sem prévia audiência dos respectivos representantes judiciais.

(À Comissão de Constituição e Justiça.)

O SR. PRESIDENTE (Magalhães Pinto) — O projeto lido será publicado e remetido às comissões competente.

O SR. PRESIDENTE (Magalhães Pinto) — Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º-Secretário.

É lido o seguinte

REQUERIMENTO Nº 111, DE 1976

Tendo sido convidado a participar da comitiva que acompanhará Sua Excelência o Senhor Presidente da República na visita oficial que fará à República Francesa, solicito me seja concedida a autorização para desempenhar essa missão, nos termos dos arts. 36, § 2º, da Constituição, e 44 do Regimento Interno.

Sala das Sessões, em 22 de abril de 1976. — **Daniel Krieger.**

O SR. PRESIDENTE (Magalhães Pinto) — De acordo com o art. 44, § 4º, do Regimento Interno, esse requerimento será remetido à Comissão de Relações Exteriores, devendo ser submetido à deliberação do Plenário, após a Ordem do Dia, em virtude de que se acha previsto no art. 388, II, b, da Lei Interna. (Pausa.)

Sobre a mesa, requerimentos que serão lidos pelo Sr. 1º-Secretário.

São lidos os seguintes

REQUERIMENTO Nº 112, DE 1976

Requiro que o Projeto de Lei do Senado nº 74, de 1976, seja anexado aos Projetos de Lei do Senado nºs. 27, 40, 45 e 83, de 1974; 78, 177, 249 e 272, de 1975; 29, 37 e 48, de 1976.

Sala das Sessões, em 22 de abril de 1976. — **Accioly Filho**, Presidente da Comissão de Constituição e Justiça.

REQUERIMENTO Nº 113, DE 1976

Requiro que o Projeto de Lei do Senado nº 68, de 1976, seja anexado aos Projetos de Lei do Senado nºs. 36, de 1971; 47, de 1974; 211 e 252, de 1975.

Sala das Sessões, em 22 de abril de 1976. — **Accioly Filho**, Presidente da Comissão de Constituição e Justiça.

O SR. PRESIDENTE (Magalhães Pinto) — Os requerimentos serão publicados e incluídos na Ordem do Dia, nos termos do disposto no art. 279, II, c, do Regimento Interno.

Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º-Secretário.

É lido e aprovado o seguinte

REQUERIMENTO Nº 114, DE 1976

Nos termos do artigo 313 do Regimento Interno, requiro dispensa de interstício e prévia distribuição de avulsos para o Projeto de Decreto Legislativo nº 3, de 1976, que aprova o texto do Acordo Marítimo, firmado entre a República Federativa do Brasil e o Governo da República Francesa, em Paris, a 24 de outubro de 1975, a fim de que figure na Ordem do Dia da sessão seguinte.

Sala das Sessões, em 22 de abril de 1976. — **Ruy Santos.**

O SR. PRESIDENTE (Magalhães Pinto) — Em consequência da deliberação do Plenário, o projeto a que se refere o requerimento figurará na Ordem do Dia da próxima sessão. (Pausa.)

O SR. PRESIDENTE (Magalhães Pinto) — Há oradores inscritos.

Concedo a palavra ao nobre Senador Luiz Viana.

O SR. LUIZ VIANA (ARENA — BA. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Desejo ser bastante breve. Apenas algumas palavras, muito claras, pois acredito que mais graves e difíceis sejam os fatos, mais elas deverão ser simples. Nos últimos dias, foi reiteradamente divulgado pela imprensa que se cogitava de elaborar um documento político capaz de abrir novos caminhos. Não pretendo interferir na intimidade de um Partido que não é o meu. Contudo, não me sinto inibido de assinalar que, sob o ponto de vista do futuro da democracia no Brasil, poucos acontecimentos, após a distensão preconizada pelo eminente Presidente Ernesto Geisel, poderão ter maior repercussão. Digo-o, imaginando ser o documento em apreço passo importante para a criação de uma força política, também revolucionária, fora dos quadros da Aliança Renovadora Nacional.

Não são recentes, nem desconhecidas, as preocupações que já manifestei quanto à possibilidade de nos depararmos diante de um impasse, caso, dentro do atual quadro da vida pública brasileira, ocorresse a hipótese de a ARENA não vencer as eleições de 1976 ou 1978. Para mim, portanto, o fato que se anuncia é como uma réstia azul num céu escuro. De fato, não havendo, fora da ARENA, uma força política capaz de ser o suporte, inclusive parlamentar, da Revolução, é óbvio que esta teria de optar entre a entrega do poder aos que a contestam, ou conservá-lo em termos incompatíveis com os princípios mais elementares da democracia.

Compreende-se assim a importância que empresto à possível formação e aparecimento de um núcleo partidário identificado também com os objetivos nacionais da Revolução. Não seria apenas uma separação de águas, trazendo à luz da publicidade antagonismos que muitos entrevêm, mas a criação efetiva de uma nova base política para os ideais revolucionários. Base que representaria, ou representará, uma opção plausível, válida, para aquela fração do eleitorado que não deseje sufragar a ARENA e os seus candidatos. Não é possível acreditarmos numa estabilidade democrática sem oferecermos alternativas que preservem a institucionalização dos objetivos da Revolução, que nasceu legalista, democrática, federalista, e assim pretende-se implantar na vida brasileira. Que importa às instituições norte-americanas vencerem os democratas ou os republi-

canos? Que importa às estruturas políticas da Inglaterra saber se ganharam os conservadores ou os trabalhistas? Por certo, num e noutro caso, poderão mudar homens, alterarem-se certas normas de conduta no campo da economia, mas no cerne, no âmago da democracia, nada será modificado.

Entretanto, no estágio atual da vida brasileira, mantidas para o eleitorado apenas as opções vigentes, arriscamo-nos a uma série de equívocos da maior gravidade, dada a confusão que poderá advir em relação ao sentido real, profundo, do voto popular. Não faz muito que o ilustre jornalista Sr. Carlos Castelo Branco assim se referiu ao problema eleitoral: "As eleições são por natureza, a menos que sejam desvirtuadas nas suas fontes ou nos seus resultados, o conduto da vontade popular e indicam aos governantes se é hora de parar ou de mover-se, de avançar ou de recuar." Nada mais exato. Contudo, se mais nos aprofundarmos no julgamento e na avaliação do voto e do seu sentido real, apontando os caminhos desejados pela vontade nacional, veremos que ao eleitor não basta votar, é necessário que ele decida, mas que o faça de modo nítido, inequívoco, livre de qualquer possibilidade de interpretações divergentes. E é justamente essa possibilidade que antevejo se chegarmos até as eleições oferecendo aos votantes apenas as opções atuais.

Acredito numa vitória da ARENA. Mas, sempre que caminhamos para uma eleição devemos estar preparados para a perder, e, perdendo-a, admitir as consequências que daí advirão para o País. Pela complexidade da vida nos dias que correm, pela difusão dos meios de comunicação, pela incessante criação de novas solicitações por parte de todas as camadas sociais, das mais modestas até as mais abastadas, ninguém, no meu entender, estará seguro sobre um resultado eleitoral. Todos os imprevistos podem ocorrer, inclusive as maiores injustiças e incompreensões. Dizia Leon Blum que o sufrágio universal tem até o direito de ser ingrato.

O importante, porém, não são os homens, e sim as idéias. Estas é que são fundamentais, e por isso mesmo cumpre evitar que, por uma questão de pormenores, causas passageiras ou circunstanciais, o eleitorado possa emitir um voto que não traduza exatamente a sua maneira de sentir e de pensar. Não tenho a menor dúvida de que a Nação, pela sua grande maioria, pela sua imensa maioria, não toleraria a volta ao passado. Tenho plena convicção de que os brasileiros estão conscientes do vigoroso esforço, do trabalho realizado pelos governos revolucionários ao longo dos últimos doze anos. Estou certo de que, se houvessem de se manifestar entre as desordens anteriores a 1964 e a segurança hoje oferecida a quantos querem trabalhar, os brasileiros não vacilariam. Nenhum trabalhador desconhece a preocupação do Presidente Geisel em proporcionar condições de vida menos árduas aos modestos assalariados. Creio mesmo que traço marcante da atual Administração será o empenho no sentido de proporcionar distribuição mais equânime entre quantos contribuem para o desenvolvimento nacional.

A verdade, porém, Sr. Presidente — e desejo prestar aqui calorosa homenagem ao incansável trabalho do Deputado Francelino Pereira como presidente da ARENA — a verdade, tal como a vejo, é que, apesar de tudo isso, apesar de todos esses fatores que depõem em favor do trabalho, da seriedade, das portentosas realizações da Revolução em todos os setores da vida brasileira, e que se estendem por todas as regiões do País, a verdade é que ninguém poderá, de antemão, conhecer o resultado de uma eleição. De fato, são de tal maneira complexas as razões que acabam por decidir um eleitor que jamais me aventuraria a admitir a impossibilidade de erro numa previsão, por mais justificada que seja esta. Quantas vezes não constatamos enganos cometidos por órgãos de pesquisa altamente especializados? É que em cada eleitor existe uma dose maior ou menor de imprevisto. Por vezes, uma nonada, que temos como irrelevante, torna-se a nota dominante na sua decisão.

Nestas condições, premido pela vigente legislação partidária entre duas opções únicas, e caso se configure, a meu ver erroneamente, que o País está dividido entre Revolução e anti-Revolução, não há por que não considerar que o eleitorado será induzido aos mais

graves equívocos. É imperioso proporcionar ao eleitorado novas possibilidades que lhe permitam externalizar aspirações ou insatisfações sem que isso deva, necessariamente, ser interpretado como um voto contra a Revolução. Cada qual deve ter assegurado o direito de votar como melhor lhe parecer, mas ninguém deverá ser levado a dar um voto cujo sentido verdadeiro, profundo, possa estar ao sabor de interpretações diversas. Ou deverá ser tido como um voto contra a Revolução, contra tudo aquilo que ela tem indelevelmente representado no sentido do progresso, do desenvolvimento, da segurança, da prosperidade de todos os brasileiros, o voto porventura decorrente da alta do custo de vida, ou do mal-estar pelo deficiente atendimento num ambulatório? É essa confusão que não deveremos permitir. Mas que existirá inevitavelmente, se não criarmos condições que levem o eleitor a poder distinguir entre o que é efêmero, passageiro, e o que é definitivo, e o que são as conquistas revolucionárias. Conquistas definitivamente incorporadas à vida brasileira, do mesmo modo que forem definitivas as conquistas trazidas pela República, em 1889, ou pelas Revoluções de 1930 e 1945.

Lembro-me do temor com que o Presidente Castello Branco encarava a hipótese de os acontecimentos se desenvolverem de tal modo que a Revolução viesse a ter contra ela, de um lado, uma direita reacionária, de outro, um eleitorado insatisfeito por fatores inevitáveis e insuperáveis. Será que desapareceram os radicais da direita, que apenas esperam a oportunidade para inundar o País com os seus refrões antidemocráticos? Será que desapareceram aquelas causas episódicas capazes de conduzirem emocionalmente o corpo eleitoral?

Hoje, do modo por que se configura a imagem política do Brasil, ninguém tem dúvida de que o voto dado à ARENA é dado à Revolução. Mas, nem por isso se poderá afirmar que o voto negado à ARENA seja contra a Revolução, isto é, que o voto negado à ARENA se destine a sufragar o sebastianismo. Reconheço, porém, que se não encontrarmos algum meio de deixar bem claro, nítido, o sentido de cada voto, correremos o risco de ver computados como anti-revolucionários votos que apenas traduzem ocasionais insatisfações, que em nada afetam ou comprometem a continuidade da Revolução para que ela, tranqüila e fortalecida, propicie ao Brasil um governo democrático, compatível com a segurança e o desenvolvimento. Mas, para que tal aconteça, é imprescindível que seja dito de maneira explícita, sem meias palavras, sem reticências, e sem entrelinhas. Do contrário, se não fizermos da eleição aquele conduto nítido, através do qual se deve, também, manifestar uma nítida vontade do eleitor, arriscamo-nos a fazer das próximas eleições, exclusivamente municipais, um novo fator de confusão.

Desejo contribuir para que, através de eleições livres, respeitadas, idênticas às de 1974, prossigamos no caminho da distensão, em boa hora, aberto pelo Presidente Geisel, para que a Revolução, fiel a si mesma, não tarde em poder desabrochar naquela definitiva organização jurídica, democrática, na qual todos os brasileiros se sintam unidos e em segurança. Não acredito, porém, que elas caiam do céu como dádiva divina. Creio, sim, que decorram da determinação, da decisão do Presidente Geisel, consciente da imperiosidade de se abrir uma nova fase na vida institucional do Brasil. Será, porém, mister que cada qual, na medida de suas possibilidades, contribua com a sua pedra para levantarmos os altares da democracia. Por vezes sopitando ressentimentos, esquecendo mágoas, vencendo preconceitos, contanto que se atinja o objetivo maior que é a implantação de um regime democrático, como repetidamente o tem enunciado o Presidente Geisel, a quem nos cumpre auxiliar na consecução dessa meta. Não tenho, porém, qualquer dúvida de, que essa ajuda não será dada pelos que se recusam a reconhecer tais propósitos da ação presidencial. Apoiando-o, estimulando-o, reiterando-lhe a confiança da Nação é que estaremos aplainando e preparando os difíceis caminhos da democracia.

Nem sei por que não se possam dar as mãos quantos almejam que a democracia, a democracia não apenas como um fato político mas como algo a envolver a vida do homem em todos os seus

aspectos, não demore em ser o natural desdobramento da Revolução. Refiro-me, Sr. Presidente, a quantos efetivamente acalentem esse ideal, e que não podemos nem devemos confundir com aqueles que, por motivos vários, uns ideológicos, outros políticos ou eleitorais, preferem fomentar embaraços, animar discórdias, negar realizações, contestar todas as verdades, por mais meridianas que sejam, por imaginarem que a eles não interessa a normalidade. Certamente, não são muitos, mas é vital não se permitir que subsista qualquer equívoco a respeito, pois o primeiro e grande interessado nessa separação do joio do trigo é o eleitor, que somente assim poderá votar com segurança, fazendo do voto a manifestação inequívoca da sua vontade. Cada dia, o homem deve ser mais o senhor do seu destino mediante a expressão do voto, que, por isso mesmo, deve ser límpido, livre, categórico.

Ninguém ignora as dificuldades que, independente da vontade ou da orientação do Governo, se interuseram no caminho do nosso desenvolvimento. É uma contingência que, de modo maior ou menor, atingiu todas as nações, acabando por se refletir nas eleições, nos países de vida democrática. Não creio que possamos ser exceção à regra. Aliás, não acredito que a Oposição queira tornar a anti-Revolução beneficiária das angústias dos brasileiros. Ou estarei em erro? Haverá, porventura, quem pretenda fazer de passageiros dificuldades o fundamento de votos anti-revolucionários?

A verdade, porém, é que se não nos prepararmos para que os votos tenham o real sentido com que o outorguem os eleitores, correremos o risco de nos emaranhar num dedalo de confusões que não servirão à ARENA, não ajudarão o MDB, e serão perniciosas ao Brasil.

O Sr. Lázaro Barboza (MDB — GO) — Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. LUIZ VIANA (ARENA — BA) — Com muito prazer.

O Sr. Lázaro Barboza (MDB — GO) — Nobre Senador Luiz Viana, é sempre um prazer ouvir V. Ex^a Com a sua cultura, com o seu tirocinio, V. Ex^a procura dar a sua visão dos fatos que ocorrem no Brasil. V. Ex^a diz bem. É, realmente, difícil analisarmos as causas por que o eleitor se manifesta de um ou outro modo no momento em que deposita o seu voto na urna, voto que deve ser fruto de uma consciência límpida. Mas é sabido — V. Ex^a enfocou muito bem o problema — que o eleitor, vota naturalmente a favor do Governo, quando se sente satisfeito com o Governo quando não se sente vítima do custo de vida, quando não se sente vítima de injustiças sociais, quando sente que, trabalhador e honrado, consegue alimentar e educar os seus filhos. Por outro lado, nobre Senador, a grande preocupação de V. Ex^a, democrata como todos nós, é, sem dúvida, a de garantir, para muito breve, o regime democrático pleno, onde o cidadão seja respeitado na inteireza de seus direitos e, naturalmente, num regime, armado das garantias que todas as democracias devem possuir, tendo assim, a segurança maior de que o País, por esta ou aquela razão, não descaminhará para rumos não desejados, desconhecidos. E aqui, nobre Senador, permito-me fazer uma indagação — hoje nós lutamos contra dois perigos e V. Ex^a mesmo no corpo do seu discurso lançou uma indagação — Existem ou não os radicais da extrema direita? E a recíproca também é verdadeira: Existem ou não os radicais da extrema esquerda? Mas, nobre Senador Luiz Viana, quantos serão os radicais da extrema esquerda no Brasil? Numa população de 110 milhões de habitantes, serão 100 mil? Serão 200 mil? E quantos serão, nobre Senador, os radicais de extrema direita? Serão 50 mil, 100 mil, meio milhão ou 1 milhão? Pergunto, então, a V. Ex^a: Por que os outros 109 milhões de brasileiros, de formação plenamente democrática, devem continuar à mercê dos radicalismos, ora de um lado, ora de outro? Daí por que entendo, nobre Senador Luiz Viana, que é efetivamente necessário que os homens lúcidos, as lideranças lúcidas, os homens de boa vontade, os democratas convictos, e não aqueles que o são apenas por oportunidade, se dêem as mãos, na luta maior, para que este País possa, tão

cedo quanto possível, se reencontrar num abraço fraterno dos seus filhos, num clima em que não haja desconfiança dos militares sobre os civis, dos civis sobre os militares, dos burocratas contra os políticos, dos políticos contra os burocratas, enfim, nobre Senador, num clima de respeito e de tranquilidade e de ordem, em que todos tenham condições de trabalhar e progredir, erguendo sobre os alicerces da Pátria uma Pátria ainda maior e mais digna das gerações futuras. Muito obrigado, Excelência.

O SR. LUIZ VIANA (ARENA — BA) — Agradeço a V. Ex^a, e posso assegurar-lhe que não é outro o propósito, não apenas meu, mas de todos os meus companheiros de Partido.

Prossigo, Sr. Presidente.

A Revolução talvez deva ser julgada pelos brasileiros. Mas, deverá sê-lo pelo que representou e representa na profunda transformação da vida nacional, restabelecendo a ordem no País, implantando o planejamento governamental, assegurando a assistência social, propiciando melhores oportunidades de vida a todos os brasileiros, abrindo ao povo as Universidades. O que não seria justo é que todo um acervo de serviços inestimáveis, de conquistas fundamentais, pudessem ser, por um simples equívoco, julgados por insatisfações ocasionais, contingências de medidas imprescindíveis ao desenvolvimento do Brasil. Não seria justo, nem frutuoso para a normalização da vida institucional.

O Brasil está a esperar dos responsáveis pela Oposição uma palavra, uma decisão clara, inequívoca, que permita aos brasileiros saber que sentido se pretende dar às eleições de 1976, para mim meras e simples eleições municipais, de âmbito local e partidário, e que nada têm que ver com o apoio vigoroso que a Nação dá ao Movimento Revolucionário de 1964. Uma coisa são os pormenores, os detalhes, que podem dividir os brasileiros. Outra é a Revolução, os seus inestimáveis serviços ao Brasil, e que não estará ao sabor de equívocos sem maior significação. Confundir simples eleições municipais, de âmbito local, com a grande e salvadora Revolução de 1964, seria uma escamoteação, que, estou certo, a própria Oposição repele e está no dever de dizer ao Brasil haver nascido com a Revolução, com ela se integrando nos seus grandes objetivos democráticos, sociais e internacionais. Há momentos em que é necessário esquecermos os pormenores para melhor vermos as grandes linhas da nacionalidade. Esquecer as árvores para melhor ver a floresta. E eu creio que os brasileiros, desejosos de paz, de segurança, de progresso social e político, estão a viver uma dessas oportunidades com que a História parece querer experimentar a medida de nossas decisões, sem prejuízo do papel que deve caber normalmente a cada Partido na vida política do País. (Muito Bem! Palmas. O orador é cumprimentado.)

O SR. PRESIDENTE (Magalhães Pinto) — Concedo a palavra ao nobre Senador Otair Becker.

O SR. OTAIR BECKER (ARENA — SC. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

"O programa de Governo que entrou em vigor este ano, depois de conquistas ponderáveis no setor econômico, orientou-se, sobretudo, para o desenvolvimento social. São os problemas preponderantes da educação e da saúde, os problemas do povo em si, do homem em si, que nos prendem a atenção e orientam nossos esforços" — disse o eminente Presidente Ernesto Geisel em discurso que proferiu no meu Estado, no dia 1º de maio do ano passado. Adiante, afirmava Sua Excelência "a necessidade de cada vez melhorarmos mais a segurança do trabalho," acrescentando: "De outro lado, desejo ressaltar a necessidade de progressivamente aperfeiçoarmos a nossa mão-de-obra, qualificá-la melhor, seja no sentido de proporcionar ao trabalhador melhores resultados no seu trabalho, seja para que o País possa crescer com uma melhor produtividade."

Discursando na mesma ocasião, o Ministro do Trabalho acentuou que "A Política social do Governo está claramente